

O *Diário Ilustrado* nasceu há 50 anos

Por Fernando Correia* e Carla Baptista**

Várias inovações marcaram a entrada em cena deste novo diário (1956 – 1963), cujo primeiro número saiu no dia 2 de Dezembro, com sede no primeiro andar do prédio número 137 da Rua da Misericórdia, em Lisboa, onde funcionava a gráfica Casa Portuguesa. Era composto e impresso na Rua das Gáveas, 109, recorrendo aos serviços da tipografia do *Diário da Manhã*.

O *Diário Ilustrado* era um “tablóide bonito. Cores diferentes no cabeçalho diferenciavam as duas edições que apareciam com três horas de intervalo, a primeira por volta do meio dia”, recorda Miguel Urbano Rodrigues, (2002:118) primeiro chefe de redacção e responsável pelo recrutamento da maior parte dos jornalistas que integraram o grupo inicial, constituído por cerca de 20 redactores.

Embora a diferença fosse mais notória porque “era tudo muito atrasado na imprensa portuguesa”, reconhece aquele jornalista, foi um jornal onde era visível a vontade de experimentar novos conteúdos jornalísticos (suplementos, entrevistas, reportagens, exclusivos com jornais e revistas estrangeiros) e um grafismo mais apelativo, valorizando a fotografia.

Roby Amorim integrou a redacção inicial e salienta os aspectos inovadores: “Nós tínhamos um rapaz que depois desistiu de ser gráfico que era o Nuno Vieira, depois passou a escrever. Mas tinha um sentido gráfico muito bom, embora por vezes nos complicasse porque trazia uma ideia de casa e as notícias é que tinham de encaixar. A gente dizia-lhe: ‘Não pode ser assim, Nuno. A notícia é que comanda o aspecto gráfico’ mas ele saía-se normalmente muito bem e foi de facto uma revolução. Claro que não era original. Partimos dos tablóides ingleses mas sem a mesma exuberância, até porque cá não havia notícias que pudessem ter aquela exuberância dos ingleses”.

Mas foi sobretudo na composição humana da redacção inicial que o *Diário Ilustrado* se destacou, tendo-se desenhado aqui um movimento de rejuvenescimento dos quadros que vieram a marcar fortemente os primeiros anos da década seguinte. Maria Antónia Palla considera que “teve vida curta e atribulada, mas que indubitavelmente foi uma escola de jornalistas onde despontaram valores seguros da imprensa portuguesa (...) O estimulante projecto de renovação de que eram mentores perdeu-se com eles, pois não foi possível encontrar substitutos à altura e o jornal não conseguiu impor-se, acabando por desaparecer” (Palla, 1989: 209).

Propriedade da família que detinha a maioria do capital da empresa vinícola *Abel Pereira da Fonseca*, com ramificações noutros ramos do comércio alimentar, a administração ficou a cargo dos herdeiros e irmãos Manuel e Marcelino Correia. Nasceu inteiramente da iniciativa privada, diz-se que pelo facto do patriarca da família, Marcelino Nunes Correia, já próximo da morte, ter formulado o desejo de possuir um jornal.

* Professor na Universidade Lusófona e Investigador do Centro de Investigação Média e Jornalismo (CIMJ).

** Professora na Universidade Nova de Lisboa e Investigadora do Centro de Investigação Média e Jornalismo (CIMJ).

Na paisagem portuguesa dos anos 50, o *Diário Ilustrado* foi um caso singular. Nenhum outro grupo capitalista com interesses até aí exclusivamente concentrados fora do negócio da comunicação social se lançou na feitura de um novo jornal. O mercado editorial português era não só pouco atractivo, pela sua pequena dimensão, como bastante rígido já que o surgimento de novas publicações periódicas estava sujeito a prévia autorização governamental.

O último matutino nacional a aparecer em Portugal fora o *Diário Popular*, em 1942 e, depois do fecho do *Diário Ilustrado* apenas surgirá *A Capital*, em Fevereiro de 1968 (além da *Época*, em 1971, resultante da fusão entre o *Diário da Manhã* e *A Voz*, igualmente veículo das opiniões do regime).

O movimento de compra de jornais, olhados como instrumentos estratégicos para a consolidação dos interesses económicos e políticos dos grandes grupos capitalistas, principalmente da Banca, só irá acontecer em grande força em Portugal a partir de 1971.

Extraír de um Governo sempre reticente autorização para uma nova publicação obrigava a um laborioso processo negocial. Foi a necessidade desse compromisso que levou Lucas de Sousa, vindo da Legião Portuguesa e homem forte da empresa *Lusalite*, também ligado à *Seguradora Mundial*, simpatizante do regime, para o cargo de presidente do conselho de administração do *Diário Ilustrado*. A presença na administração, embora muito mais discreta, de Manuel da Fonseca, advogado e ex-secretário de Salazar, deve-se igualmente à sua ajuda preciosa na mediação diplomática que levou Salazar a conceder luz verde ao novo título.

O *Diário Ilustrado* pretendia conquistar leitores na área do *Diário de Lisboa* e do *Diário Popular* e saía ao meio-dia, uma hora insólita (não era nem matutino nem vespertino). O objectivo dessa estratégia era ter um jornal que apanhasse os leitores na rua, à hora do almoço, mas acabou por comprometer bastante todo o processo produtivo.

Apesar do slogan auto-promocional que o *Diário Ilustrado* ostentava com frequência na primeira página – “o primeiro jornal da tarde” – os jornalistas queixavam-se que este horário os obrigava a dar notícias requentadas da véspera ou de ter de adiantar notícias sobre acontecimentos que ao meio dia ainda não tinham sequer começado.

Roby Amorim recorda as dificuldades criadas pela hora de fecho: “Era extremamente difícil porque as pessoas que podiam dar informações nunca estavam em sítio nenhum antes das 11 horas/meio-dia e havia um período muito curto para o fazer, muitas coisas tinham que ser feitas por antecipação e houve uma série de asneiras seguidas”.

A Censura rapidamente descobriu e usou a seu favor esta debilidade do jornal para o castigar pela sua frequente ousadia e desafio: bastava reter umas horas as provas de página para que o fecho se aproximasse dramaticamente da hora de saída dos vespertinos concorrentes, comprometendo toda a estratégia de vendas e causando graves perdas financeiras.

Estes factores, entre outros, contribuíram para que o *Diário Ilustrado* nunca fosse um sucesso de vendas, permanecendo fundamentalmente um jornal lisboeta e, dentro da capital, mais ou menos confinado ao centro político e cultural representado pela zona do Chiado.

José Manuel Tengarrinha integrou a primeira redacção, tendo posteriormente vindo a ser chefe de redacção, e calcula que, durante o primeiro ano de vida, o jornal terá rondado os “20 e tal mil exemplares diários”. Este número, estando

longe das tiragens dos jornais mais vendidos (*Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *O Século* atingiam regularmente os 80 mil exemplares e ultrapassavam mesmo esta fasquia nas edições de fim-de-semana), colocava o *Diário Ilustrado* um pouco abaixo da plataforma de vendas do *Diário de Lisboa* e bem acima do *República*, por exemplo.

A importância do *Diário Ilustrado* reside mais no seu pioneirismo enquanto produto jornalístico do que na sua dimensão económica ou impacto junto dos leitores. Foi um jornal exemplar a vários níveis.

Ensaiou um modelo de gestão capitalista inovador numa época em que os grandes jornais privados, com excepção do *Diário de Notícias*, eram maioritariamente propriedade de famílias ligadas ao negócio da Imprensa com uma intervenção mais directa na direcção (casos de *O Século* e de *O Primeiro de Janeiro* em que Guilherme Pereira da Rosa e Manuel Pinto de Azevedo, respectivamente, eram simultaneamente patrões e directores dos seus jornais). A experiência do *Diário Ilustrado* é diferente: os proprietários realizaram o investimento mas abstiveram-se, pelo menos durante o primeiro ano de vida do jornal, de qualquer intervenção directa na forma como este era dirigido. As relações entre a administração, a direcção e a redacção inscreveram-se assim num modelo mais profissional, menos paternalista e, como se veio a provar, face ao contexto político, gerador de tensões inevitáveis que acabaram por comprometer dramaticamente o projecto inicial e a própria viabilidade do jornal. A singularidade da forma de gestão expressa-se também no facto de os proprietários terem preferido pagar a terceiros os serviços de impressão – o jornal era composto no primeiro andar do prédio da Gráfica Portuguesa, embora com tipógrafos contratados ao seu serviço, e impresso na rotativa do *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional, o partido único.

Foi uma aposta precoce no *outsourcing* em vez de realizar avultados (e certamente difíceis de amortizar no curto e médio prazo) investimentos financeiros na compra de uma rotativa. Essa prática não era habitual em Portugal, só vindo a generalizar-se mais tarde, com os exemplos de *A Capital*, impressa na tipografia de *O Século* e do *Expresso* que, dentro de um bem pensado esquema de aliança com os recursos da infra-estrutura técnica do *Diário de Lisboa*, será impresso na tipografia daquele vespertino.

Foi neste jornal que teve início, ainda que de forma contraditória, um movimento que, a partir de 1958 e, sobretudo, durante a década de 60 do século XX, vai mudar, ainda que não radicalmente, a composição social, política e cultural da maioria das redacções dos diários sedeados em Lisboa (no Porto esta mudança também acontece, embora só adquira maior expressão já no final da década) e que consiste numa tripla convergência: quadros mais jovens, com maior preparação académica do que as gerações anteriores e uma consciência política de matriz democrática.

Dos quatro grandes factores de mudança que marcaram os anos seguintes, o *Diário Ilustrado* apenas falhou um – a entrada de mulheres jornalistas.

Experimentou uma série de inovações visíveis a muitos níveis: graficamente, com recurso a soluções imaginativas de grande impacto visual, sobretudo na construção da primeira e da última página, muitas vezes ocupadas com uma única fotografia. Para isso muito terá contribuído a cumplicidade e a experiência existente entre os redactores paginadores e o chefe da tipografia, recrutado n' *O Século*, a quem todos chamavam o *Bastos*, pai do escritor e também jornalista Baptista Bastos.

No que respeita aos usos da linguagem jornalística, foi inovador nas formas de escrita, contrariando aquilo que, no interior da redacção se chamava depreciativamente “o jornalismo do realizou-se ontem” porque, inevitavelmente, grande parte dos textos na maioria dos outros jornais se iniciava com essa expressão. Fez uma aposta grande em géneros pouco habituais na imprensa portuguesa, como a reportagem e a entrevista.

Foi também o primeiro diário a apostar nos suplementos e nas páginas especializadas, cobrindo áreas tão variadas como a Economia (existia um “Suplemento Económico”, quando os temas económicos nem sequer configuravam uma secção autónoma nos restantes jornais), o Desporto e a Cultura (o suplemento literário “Diálogo”, apesar de dirigido por um notório partidário da ditadura, Amândio César, debateu importantes questões literárias e artísticas e alargou o conceito de cultura a áreas menos tratadas na imprensa portuguesa, como as artes plásticas). A cobertura do campo internacional era também arejada e atenta, contando com vários exclusivos de jornais estrangeiros, dos quais o parisiense *France Soir* era o mais regular.

Numa época em que o jornalismo se debatia pouco a si mesmo, raramente se interrogando sobre a missão social dos jornalistas ou os valores que regiam a sua identidade profissional, desde o início que o *Diário Ilustrado* tateia à procura do sentido da sua existência. É sintomático que, logo no primeiro número, um artigo na página 7 saliente qual o entendimento que é dado à missão da Imprensa – “informar verídica e esclarecidamente sobre o que acontece nos diversos sectores da vida e contribuir assim para que os homens possam abrir caminhos ao futuro – e aluda “à crise da Imprensa”, formulando as suas razões de forma cuidadosa mas contundente: “No coração humano, ainda quando submetido a uma tirania quase total, há forças capazes de o fazer levantar-se em defesa da sua liberdade e da sua verdade. São essas forças que dão a certeza que existirão sempre homens capazes de se sacrificar para que, em cada dia, um novo jornal, verdadeiro e honesto, chegue às mãos dos que esperançadamente o aguardam”.

Foi neste jornal que aconteceu o único despedimento colectivo da história do jornalismo português da década de 50, na Primavera de 1957. Uma acusação [roubo de chumbo na tipografia] feita pela administração a um dos sub-chefes de redacção, Carlos Eurico da Costa, sentida como injusta pela redacção [eram apenas desperdícios de chumbo usados para a pesca desportiva], levou a que 13 redactores apresentassem no mesmo dia as suas cartas de demissão. Dessas, cinco (incluindo o chefe de redacção que iniciara a “revolta”, Miguel Urbano Rodrigues) foram imediatamente aceites. A administração pediu aos restantes oito para reconsiderarem a sua posição. Quatro mantiveram a decisão de sair e quatro retiraram as cartas e permaneceram no jornal.

O caso, a que voltaremos no final deste capítulo, ultrapassou as fronteiras de uma simples e mal resolvida disputa laboral e ganhou uma dimensão política. O *Diário Ilustrado* era um jornal considerado progressista, dentro dos estreitos limites da época. O chefe de redacção tinha recentemente escrito um artigo, aproveitando a realização, em Lisboa, em 1957, do Congresso da *Federation Internationale des Redacteurs en Chef*, em que apontava a falta de liberdade de expressão existente no país e apelava: “a maioria anseia por uma lei que, suprimindo a censura prévia, definisse claramente fronteiras e contribuísse de uma forma decisiva para a criação desse sentimento de responsabilidade que é

um dos motivos de orgulho da condição de jornalista” (Citado em Sobreira, 2003: 128).

O artigo gerou eco na imprensa portuguesa e mais dois outros jornais – *Diário de Lisboa* e *República* – subscreveram idêntica posição. Mercê do reconhecimento e solidariedade que este facto lhe trouxe entre os jornalistas estrangeiros que participaram na iniciativa, o *Le Monde* noticiou o conflito no *Diário Ilustrado*, enquadrando-o como “um desafio inédito” na imprensa portuguesa.

Uma redacção diferente

O primeiro director do *Diário Ilustrado*, Carlos Branco, rapidamente substituído por José Osório de Oliveira, tinha uma ideia vaga na cabeça quando começou a contactar jornalistas para integrar a equipa redactorial: queria um jornal “diferente de tudo o que existia”, nas palavras de Miguel Urbano Rodrigues, a quem convidou para chefe de redacção e responsabilizou pelos contactos de recrutamento.

Os dois filhos homens do patriarca da firma *Abel Pereira da Fonseca*, Manuel e Marcelino Correia, sendo os accionistas largamente maioritários, eram os proprietários do *Diário Ilustrado*. Assumiram que “não sabiam nada de jornalismo”, segundo José Manuel Tengarrinha, e delegaram a direcção executiva no presidente do conselho de administração, o antigo legionário Lucas de Sousa, que os jornalistas viam como “testa de ferro” dos patrões.

Até ao extremar de posições que levou à demissão colectiva de um terço da redacção, viveu-se no *Diário Ilustrado* um ambiente humano liberal, cordato e próspero. Desejando recrutar profissionais experientes, o jornal ofereceu salários mais elevados do que a média praticada na imprensa. Devido à hora de fecho, insólita, começava-se a trabalhar muito cedo, cerca das 6 h da manhã, e terminava-se por volta das 15 h.

O horário permitia a acumulação com outro emprego e vários dos jornalistas recrutados mantiveram os antigos postos de trabalho. A prática do duplo e por vezes triplo emprego em jornais concorrentes era habitual na época e não era sancionada do ponto de vista ético, desde que os horários fossem compatíveis. Miguel Urbano Rodrigues (2002) conta nas suas memórias que, tendo aceite ser chefe de redacção do *Diário Ilustrado*, lhe pareceu natural manter o posto no *Diário de Notícias*. Perante a recusa da administração do *Diário de Notícias*, recusou-se a optar e acabou sendo demitido com o argumento de “incompatibilidade de tarefas”. Miguel Urbano Rodrigues não era ainda comunista. Trabalhava como redactor no *Diário de Notícias*, jornal oficioso do regime. O seu perfil, de um jornalista experiente, ex-colega de liceu do director, embora jovem (tinha 32 anos) e desafecto ao regime, pareceu adequado aos proprietários para conduzir a equipa do novo diário.

Alguns jornalistas mais velhos “davam segurança à redacção”, refere Veiga Pereira, outro dos redactores que integraram a equipa inicial. Era o caso de Metzger Leone (repórter já muito conhecido na altura e assumidamente de direita) ou Artur Alpedrinha.

Na sua maioria, porém, eram jovens sem muita ou mesmo nenhuma experiência (Vítor da Cunha Rego, por exemplo, fez aqui a sua estreia jornalística). Da redacção faziam ainda parte, entre outros, José Manuel Tengarrinha e Veiga Pereira (vindos do *República*), Daniel Filipe (com

colaborações dispersas, ficou como correspondente no Porto), Adelino Tavares da Silva, Renato Boaventura, Manuel Bessa Múrias, Nuno Rocha, Roby Amorim, Mateus Boaventura, Trabucho Alexandre, João Alves das Neves, Jorge Tavares Rodrigues, Miguel Serrano. No Arquivo, Tomás Ribas, um homem de cultura que viria a ganhar nome.

José Manuel Tengarrinha resume o espírito que animava este grupo: “Não havia lá nenhum jornalista do “realizou-se ontem”. Procurávamos uma maneira de focar o acontecimento e dar a notícia de uma forma que não era habitual na imprensa e que, se estivéssemos noutra jornal, o chefe de redacção não teria gostado e teria mandado para trás, pedindo que se redigisse de uma forma *normal*. Ali havia uma inteira liberdade que era estimulada pelo Miguel Urbano Rodrigues e que se apoiava no nível intelectual e cultural do corpo redactorial”. Roby Amorim corrobora: “Os outros jornais tinham entrado num *rame rame* onde não havia criatividade, ninguém estava disposto a tentar fazer o que quer que fosse de novo ou a pensar em qualquer coisa. Não era preciso penar, era o dia-a-dia normal, sem qualquer interesse. No *Diário Ilustrado* isso não aconteceu porque se queria impor o jornal, porque éramos jovens e queríamos fazer coisas. Fez-se mesmo reportagem a sério. Tentou-se ir ao fundo das coisas, lutar contra a Censura”.

Foi, como se lê numa pequena reportagem de rua contendo as impressões dos leitores acerca do primeiro número, “um jornal feito por jovens que traz a mensagem de uma geração que ainda não teve oportunidade de se manifestar de uma forma válida”.¹

O que distinguia, afinal, estes jovens e qual era a sua mensagem? Vários factores. Um deles era a sua relativamente elevada (para o padrão da época) preparação académica. Entre os redactores, vários eram mesmo licenciados ou tinham frequência universitária. Muitos eram da oposição e repudiavam o fascismo, embora fosse muito diverso o grau de consciência política. Queriam desafiar a Censura e usar a imaginação para escrever textos jornalísticos, em vez de repetir fórmulas velhas e gastas. Encontraram no DI um espaço onde isso era, não só possível, como estimulado. É exemplar a forma como Miguel Urbano Rodrigues conta como pediu a Adelino Tavares da Silva que fosse ao Palácio de Queluz [onde a rainha Isabel II ficou hospedada quando visitou Portugal em 1957] e trouxesse de lá uma reportagem: “Escreve uma coisa no teu estilo. Diferente!” (2002:105).

Ruben de Carvalho apelida o grupo de jornalistas que lançou o DI de *geração MUD*²: “Os que nos anos 60 ainda estavam nos jornais concentravam-se quase todos no DI porque, de certa forma, foi a primeira vez que um grupo económico resolveu investir na comunicação social. É um jornal que tecnicamente se afirma de vanguarda, tem cor. A empresa teve a iniciativa de comprar máquinas de escrever para todos os jornalistas. Faziam-lhes um desconto irrisório no ordenado. Quando o jornal *deu com os burrinhos na água*, isso determinou as agulhas da maioria dessa geração, que foi para a publicidade, foi acabar cursos ou foi para o ensino. Já eram poucos os que sobravam nos vespertinos quando chegou a segunda leva, posterior a 1961/62”.

¹ Diário Ilustrado, 3 de Dezembro de 1956, pág. 8.

² MUD: sigla de Movimento de Unidade Democrática, criado em 1945 por um leque diversificado de oposicionistas ao regime, mas em que o PCP tinha uma influência preponderante. Ilegalizado no fim da década, teve, apesar de tudo, continuidade no MUD Juvenil durante a década seguinte.

As qualidades de escrita dos redactores foram potenciadas de duas maneiras: ou escrevendo de forma diferente, com muito sentido de humor, ou apostando em géneros pouco frequentes na imprensa portuguesa, como a reportagem e a entrevista. José Manuel Tengarrinha concretiza: “Havia dois ou três jornalistas mais velhos que faziam um tratamento mais sério da notícia, não eram para grandes voos imaginativos. Mas a maior parte era gente muito nova, cheia de *sangue na guelra*, dizendo coisas muito irreverentes”.

As reportagens eram frequentes. Qualquer pedaço de prosa mais importante era habitualmente assinado, com excepção das notícias. Sempre que o jornal mandava enviados especiais para cobrir qualquer acontecimento, esse factor era valorizado com chamadas na primeira página, muitas vezes até com fotografias dos jornalistas. Havia espaços de crónica regulares assinados pelos redactores.

Veiga Pereira afirma que “o desejo era fazer um jornalismo de autor”. Numa nota assinada “a redacção” e publicada no quinto número lê-se: “Faremos um jornal moderno PORQUE O QUEREMOS. Para lá das secções em que trabalhamos, todos sentimos que *este é o nosso jornal*. Estamos prontos a dar por ele todo o calor da nossa juventude, toda a inquietação do sangue que nos corre nas veias, toda a nossa profunda e inabalável vontade de dizer a verdade”³.

O texto reage ainda de forma bem-humorada a comentários de leitores. “Somos tudo: comunistas para uns, fascistas para outros, monárquicos disfarçados, democratas, liberais, a nova secção jornalística encapotada da União Nacional. Quanto à nossa filiação política, há no *Diário Ilustrado* gente de tendências diversas mas que convive sem necessidade de renegar a sua condição de portugueses”. Embora todas as redacções portuguesas fossem, quase sempre, uma amálgama idêntica de filiações e sensibilidades, não era habitual que os jornalistas admitissem as suas diferenças com este desassombro.

A importância da fotografia

Desde a sua fundação que o *Diário Ilustrado* apostou nos repórteres fotográficos, reconhecendo-lhes a mesma importância dos redactores, contrariando assim a prática da época que tendia a considerar os membros desta categoria profissional, pior remunerada do que as restantes (o salário do repórter fotográfico era equivalente ao do repórter e não ao do redactor), como figuras menores da redacção.

A grande maioria dos repórteres fotográficos possuía menor preparação escolar do que os redactores e integrava várias redacções, partilhando as fotografias, frequentemente as mesmas, por vários jornais. A lógica do *biscate* que enfermava uma boa parte do jornalismo era ainda mais notória no que diz respeito à fotografia, que constituía um universo cultural e corporativo muito particular, com regras distintas daquelas que eram aplicadas ao conjunto da redacção. No jargão da época, os *bate-chapas* iam aos sítios *fazer bonecos*, quase sempre da mesma maneira e as imagens eram bastante secundarizadas no arranjo gráfico dos jornais.

³ *Diário Ilustrado*, 6 de Dezembro de 1956, pág. 7.

A conquista de um lugar de repórter fotográfico, a categoria profissional que correspondia a maior experiência dentro da área da fotografia, era penosa e demorada, sendo primeiro necessário subir os patamares de fotógrafo estagiário e depois fotógrafo. Até final da década de 50, a presença de fotógrafos nos quadros redactoriais era reduzida, sinal de que os jornais pouca importância atribuíam à fotografia. O *Diário de Notícias*, diário de maior tiragem, tinha quatro fotógrafos em 1960; o *Diário Popular* começou a década com dois e termina com quatro; o *Diário de Lisboa* funcionava apenas com um e o *República* contratou o seu primeiro fotógrafo em 1968 (Cabrera, 2006: 168-169).

A inversão deste modo de ver e pensar vai ser, justamente, um dos trunfos do *Diário Popular* a partir de meados da década de 60. Mas, no *Diário Ilustrado*, essa preocupação esteve presente desde o início. José Manuel Tengarrinha considera que o grupo inicial do *DI*, constituído por Firmino dos Santos e João Ribeiro, a que depois se juntaram Eduardo Baião e a seguir Eduardo Gageiro, “era a melhor equipa de repórteres fotográficos dos jornais”.

Apesar deste reconhecimento, folheando o jornal, verificamos que a maioria das fotografias continua a ser publicada sem assinatura. Mas isso é uma situação com explicações diversas, uma das quais será o próprio interesse dos fotógrafos em manterem-se anónimos, já que era habitual vender a mesma fotografia a vários jornais concorrentes e ainda a agências noticiosas, incluindo as estrangeiras. Não existia com o principal jornal empregador qualquer laço contratual que obrigasse à exclusividade das imagens.

No *DI*, não só existia a prática de integrar os fotógrafos nas equipas de reportagem (o conceito de reportagem fotográfica só verdadeiramente se consolidará na década de 60 em alguns jornais e, depois, nas revistas *Flama* e *O Século Ilustrado*) como as chefias procuravam gerir e articular da melhor forma as competências específicas de cada um, sinal de que estes profissionais eram vistos como tendo *um estilo e uma assinatura*, exactamente como qualquer redactor. Fazendo justiça ao nome, o *Diário Ilustrado* tinha usualmente a última página integralmente ocupada com fotografias.

José Manuel Tengarrinha recorda que, nas reportagens da *Volta a Portugal* em bicicleta, por exemplo, mandavam sempre Firmino dos Santos e João Ribeiro porque, enquanto o primeiro era o especialista dos momentos-chave e dos instantâneos, o segundo era mais um fotógrafo de composição e por isso “se completavam muito”. Segundo Tengarrinha, Eduardo Baião e Eduardo Gageiro, recrutados em 1957 e 1958, tornar-se-ão dois dos fotógrafos portugueses mais importantes dos anos 60 e 70, mas já nessa altura “havia um grande reconhecimento da grande qualidade deles como jornalistas e como artistas”.

O mundo da fotografia regia-se por regras conviviais muito duras que chegavam a ser hostis para os iniciados. Eduardo Gageiro conta como lhe foi difícil entrar para o *Diário Ilustrado*, a sua primeira experiência numa redacção: “Entrei através de uma cunha do director, Carlos Branco”. Uma vez recrutado, as barreiras mantiveram-se: “Os fotógrafos que já lá estavam bloqueavam as entradas e nunca me distribuíam serviço. A fotografia era um meio muito fechado, nada receptivo aos mais novos nem a qualquer tipo de inovação”.

Passou os primeiros tempo no laboratório, amargurado, “a revelar as fotografias dos outros”. Até que um dia não havia mais nenhum fotógrafo na redacção e “chamaram-me para fazer uns retratos de um escritor que já não me lembro o nome para o suplemento literário. Em vez da *flashada* habitual,

pedi que posasse para mim, em vários locais. As fotografias surpreenderam e nunca mais parei”.

Eduardo Gageiro reconhece a vitalidade do DI no que respeita à fotografia: “Em geral, a qualidade fotográfica dos jornais portugueses era medíocre. No DI havia o cuidado e a sensibilidade de respeitar a fotografia”.

Um dos grandes acontecimentos que, logo nos primeiros meses de existência, pôs o jornal à prova, foi a visita da rainha Isabel II de Inglaterra a Portugal, ocorrida em Fevereiro de 1957, que propiciou ao jornal fotografias espectaculares.

Com excepção do *República*, fiel aos pergaminhos republicanos e portanto nada entusiasta da visita da soberana inglesa, todos os jornais portugueses aderiram em massa a este acontecimento, concedendo-lhe durante largos dias a quase totalidade das suas páginas, fazendo publicar números especiais e correspondendo às expectativas do regime, que queria (e conseguiu) transformar a visita régia numa bem orquestrada operação de propaganda política, celebratória das virtudes do país (hospitaleiro, ordeiro, entusiasta) e do regime (aliado da mais velha democracia do mundo, parceiro respeitável de uma grande nação como a Inglaterra, anfitrião impecável e sofisticado).

Bem consciente de que “a imagem da velha aliança com a Inglaterra era cultivada pelo fascismo que aproveitava todas as oportunidades para apagar da memória o namoro que mantivera com o Reich hitleriano até meio da guerra” (Rodrigues, 2002:107), a direcção editorial do jornal seguiu uma estratégia de cobertura do acontecimento mais jornalística e menos política: “O que mobilizou a imaginação e a vontade de grande parte do colectivo do DI foi a visita em si como acontecimento jornalístico”.

O *Diário Ilustrado* desvalorizou propositadamente os aspectos políticos, diplomáticos e históricos do evento, evitando assim ter de reproduzir a ideologia do regime em longos e maçadores (pelo tom pedagógico e pseudo-instrutivo) artigos de fundo, e apostou no lado festivo e popular que envolveu a preparação da vinda e estadia da rainha.

O jornal distribuiu repórteres, chamando-lhes “enviados especiais”, em todo o lado onde a rainha era esperada (Roby Amorim na Batalha, Nuno Rocha na Nazaré, Renato Boaventura em Alcobaça, Vítor Cunha Rego em Vila Franca de Xira, Adelino Tavares da Silva em Queluz, Carlos Eurico da Costa num navio de guerra britânico) e de todos estes locais eles enviaram reportagens (pelo telefone, como o jornal sublinhava) contendo detalhes pitorescos, frescos, humanos, por vezes irónicos.

Um exemplo é a fotografia em grande formato da cama onde Isabel II dormiu com o Duque de Edimburgo, quando ambos se encontraram no Palácio de Queluz para pernoitar, após uma longa separação.⁴

Miguel Urbano Rodrigues conta como essa fotografia, bem como as imagens reveladoras dos estragos causados pelo temporal que se abateu sobre Lisboa na véspera da chegada da rainha, destruindo palanques, bandeirinhas e demais enfeites que engalanavam as ruas da capital, irritaram profundamente o director da Censura, coronel Larcher, que o advertiu: “Trate de ser mais cauteloso em circunstâncias semelhantes” (2002:106).

⁴ O duque chegou a Setúbal de barco depois de quatro meses de viagens marítimas por terras do império britânico e só aí se encontrou com a rainha, que aterrou na base aérea do Montijo vinda de Londres.

Aquele antigo chefe de redacção considera que, devido às múltiplas *cachas*, obtidas graças a uma bem concertada logística, e pela velocidade na transmissão de informações (o jornal inventou esquemas quase mirabolantes para ultrapassar os outros jornalistas, que viajaram sempre em grupo, bem aferroados a rígidas regras protocolares), “a visita da rainha britânica ficou a assinalar a maioria do *Diário Ilustrado*. A nossa cobertura do acontecimento foi de longe a melhor” (2002: 106).

Não se repetiu a oportunidade de pôr a equipa inicial do *Diário Ilustrado* a mexer assim colectivamente, num esforço de reportagem em várias frentes que mobilizou quase todos. Pouco depois, rebentou a crise que haveria de desfazer a redacção e quebrar o espírito combativo do jornal.

O fim do sonho

É João Ribeiro, um dos repórteres fotográficos que integraram a equipa inicial, quem diz: “O DI durou sete anos. Mas só foi jornal um ano”. Embora tivesse sobrevivido (agonizado, acrescenta João Ribeiro) até 1963, a crise da Primavera de 1957 provocou a saída simultânea de um terço da redacção e marcou o início de um novo rumo, mais conservador. Manuel Nunes Correia assumiu o cargo de director, nos primeiros tempos ainda secundado por Ayalla Monteiro, um antigo diplomata, na qualidade de director-adjunto. Aparentemente, a escolha também não funcionou e de 1958 em diante o DI passou a ter na direcção apenas aquele dos irmãos proprietários.

O jornal procurou recuperar, mantendo o mesmo aspecto gráfico, continuou a apostar na reportagem, valendo-se de alguns repórteres que tinham permanecido (como Roby Amorim e Trabucho Alexandre) e numa cobertura não subserviente da política, sobretudo nos momentos em que a Censura abrandava, como durante a campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 1958.

O DI soube trazer para as suas páginas a exaltação e a alegria popular que as declarações bombásticas do general Humberto Delgado sobre o regime estavam a provocar no país. Mas uma boa parte da magia inicial tinha-se perdido. Já não havia as crónicas do Porto enviadas por Daniel Filipe. Já não havia a “Sinfonia do Quotidiano”, um espaço de crónica escrito por vários redactores, onde Adelino Tavares da Silva brilhou tantas vezes com observações desarmantes sobre detalhes da vida. Já não havia, em suma, cartas como aquela que um leitor dirigiu ao jornal, em 15 de Fevereiro de 1957: “Aqui vai o que penso do jornal. Acho muito bom. Gosto da “Página do Desporto, das reportagens e de tudo. Como sou aqui do Porto não deixo de ler os artigos do sr. Daniel Filipe. São muito bons. Às vezes ele escreve com palavras que eu não conheço. Digam-lhe que o que ele escreveu sobre o “Janina” me trouxe lágrimas aos olhos. A gente pode não perceber, mas a verdade é que bole cá por dentro”.

Havia uma certa ambiguidade de objectivos e intenções no projecto que fez nascer o projecto *Diário Ilustrado* – Porquê? Para quê? O investimento, sobretudo em recursos humanos, foi considerável. Decorreu um ano e o jornal não se tornou lucrativo. Tudo isso fez crescer a suspeita e a descrença que Urbano Tavares Rodrigues, irmão de Miguel Urbano Rodrigues e autor do romance *Os insubmissos* (que conta, em ficção, a história “da mais bela aventura jornalística deste período”, nas palavras do escritor) põe na boca do

personagem Frederico, aquele que (como ele próprio) foi convidado para integrar o projecto e recusou: “Mas aquilo que eu duvido, conscientemente, é sobretudo da existência de capitalistas tão magnânimos, tão desprevenidos, tão pouco capitalistas, como esse Fernandes e o Duarte dos Carvões que você arranjou” (2003:29).

Um crescendo de ressentimentos pessoais e decepções financeiras deve provavelmente ter estado na inopinada decisão de Lucas de Sousa, o administrador-delegado que um dia decidiu instaurar um processo disciplinar ao sub-chefe de redacção, Carlos Eurico da Costa, acusando-o de “roubar chumbo na tipografia”.

Esse facto surpreendeu o próprio, de folga, na casa da Ericeira, para onde ia pescar, usando “desperdícios de chumbo” que efectivamente tirava da tipografia da Casa Portuguesa, onde o jornal era impresso, mas que não constituíam nenhum furto. Apesar dos protestos, a decisão final foi o despedimento, alegando justa causa.

Porque haveria de ser aquele redactor, experiente, que viera do *Diário de Lisboa*, a sofrer a ira dos “bons capitalistas”? Adelino Cardoso, que na altura era jornalista na *República*, responde: “Não sei. Ainda hoje estou para perceber. Alguém deve ter soprado que ele era comunista e quiseram tramá-lo”. Também Maria Antónia Palla escreveu, sem adiantar pormenores, que “na origem da crise esteve o facto de a administração desejar imprimir ao jornal uma orientação favorável ao salazarismo, que a redacção não aceitou” (Palla, 1989:210).

Adelino Cardoso recorda ainda que a saída dos companheiros foi muito comentada entre os jornalistas e gerou solidariedades, amigos tratando de arranjar empregos para quem ficou de repente sem trabalho. O desfecho confirmava o cepticismo de Carlos Luís, outra personagem de *Os Insubmissos* que, ao ouvir o seu amigo Ernesto contar-lhe entusiasmado os planos de um novo jornal, “teve naquele momento a deslassa intuição, a suspeita (errada, teimava ele contra essa suspeita, errada) de que *Ernesto vogava a todo o pano no azul de uma utopia*” (2003:31).

José Manuel Tengarrinha, um dos demissionários e dos poucos que, na altura, já era assumidamente comunista e desenvolvia actividade política clandestina, recorda a crise: “Foi uma atitude quixotesca e, se calhar, irreflectida. O Miguel [Urbano Rodrigues] não tinha experiência política, inflamou-se muito e arrastou a redacção”. Lembra, com ironia, como a direcção do Partido Comunista Português lhes fez fortes críticas: “Eles acharam que, ao sairmos daquela maneira, nos portamos como uns meninos irreverentes que não sabem como é difícil ganhar a vida”.

José Manuel Tengarrinha voltou ao DI em 1959, como redactor principal e depois como chefe de redacção. Embora tivessem regressado com ele alguns nomes *do antigamente*, como Renato Boaventura e Nuno Vieira, Tengarrinha considera que a redacção “já não era tão explosiva, era mais madura”.

A chefia de Tengarrinha não foi pacífica e acabou por culminar na sua prisão, em Dezembro de 1961, em plena redacção, de onde foi levado com grande aparato por vários agentes armados, directamente para a sede da PIDE e daí para a prisão de Caxias. Quando regressou, em Janeiro de 1962, o seu nome estava *queimado* para a profissão de jornalista, que não pode voltar a exercer. Isso mesmo lhe foi explicado, face a face, por um lamentoso mas impotente

Manuel Correia, quando Tengarrinha, vindo da prisão, tentou recuperar o seu antigo emprego.

Para trás ficaram algumas ousadias que começaram com a corajosa cobertura jornalística das eleições legislativas de 1961, muito participadas e vivas, prosseguiram com a prática de deixar “buracos” nas notícias que a Censura cortava e terminaram com a publicação, na primeira página, de um dos panfletos assinados por Henrique Galvão e Humberto Delgado, apelando à sublevação popular, lançados sobre Lisboa (e apanhado na rua por um dos redactores) em Novembro de 1961 por um avião da TAP que fazia a carreira Casablanca-Lisboa, desviado pelo oposicionista Palma Inácio.

A Censura não perdoou esse desafio. “O jornal foi pesadamente multado e o Manuel Correia foi chamado ao Salazar. Nessa altura percebi que Salazar dirigia directamente a Censura, ele próprio presidia às reuniões, quer através do director da PIDE, quer dos inspectores que lhe davam informações”.

Depois deste episódio, os irmãos Correia não arriscaram mais: passaram a dirigir um jornal mansinho, que morreu aos poucos. Na véspera do encerramento, era feito heroicamente (ou loucamente) apenas por dois jornalistas: Trabucho Alexandre e Dinis Machado.

Tinham definitivamente terminado aqueles dias em que, a propósito da atribuição dos prémios mensais de reportagem (a administração distinguia mensalmente a melhor reportagem, atribuindo ao redactor um prémio pecuniário), alguém escreveu: “O nosso jornal é diferente. Não queremos fazer um diário de tesoura e cola mas combater pela verdade e pela justiça, descobrir e, agitando problemas, encontrar soluções. Temos, por nós, juventude e entusiasmo ilimitados. Temos vontade de acertar. E temos ainda, porque unidos nunca seremos demais, a noção do dever que deve nortear qualquer jornal digno deste nome: a camaradagem total e o respeito pela opinião dos outros”.⁵

Fontes e Bibliografia citadas:

Entrevistas realizadas pelos autores com antigos jornalistas do *Diário Ilustrado* e de outros jornais; Cabrera, Ana (2006): *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte; Palla, Maria Antónia (1989): “A renovação da imprensa, apesar da censura”, in *Portugal Contemporâneo*, António Reis (Direcção), Lisboa, Publicações Alfa, pp. 207-220; Rodrigues, Miguel Urbano (2002): *O Tempo e o Espaço em que Vivi, I – Procurando um Caminho*, Porto, Campo das Letras.

⁵ *Diário Ilustrado*, 1 de Fevereiro de 1957, pág. 6.